

**EDcl no AgInt nos EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.512.710 - SP  
(2015/0012064-7)**

**RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**  
**EMBARGANTE : MANOEL RAIMUNDO LOPES**  
**ADVOGADOS : CARLOS PRUDENTE CORREA E OUTRO(S) - SP030806**  
**PEDRO PRUDENTE ALBUQUERQUE DE BARROS CORRÊA E**  
**OUTRO(S) - SP299981**  
**EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. ACUMULAÇÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE E APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, CONCEDIDA APÓS A VIGÊNCIA DA LEI 9.528/97. IMPOSSIBILIDADE. RECÁLCULO DA APOSENTADORIA, MEDIANTE A INCORPORAÇÃO/INTEGRAÇÃO DO AUXÍLIO-ACIDENTE NO SALÁRIO-DE-CONTRIBUIÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL, EM SEDE DE AGRAVO INTERNO. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIOS INEXISTENTES. INCONFORMISMO. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

I. Embargos de Declaração opostos a acórdão prolatado pela Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, publicado em 20/05/2019.

II. O voto condutor do acórdão embargado apreciou fundamentadamente, de modo coerente e completo, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, não conhecendo de Agravo Interno, em razão da inadmissibilidade de inovação recursal.

III. Inexistindo, no acórdão embargado, omissão, contradição, obscuridade ou erro material, nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, não merecem ser acolhidos os Embargos de Declaração, que, em verdade, revelam o inconformismo da parte embargante com as conclusões do **decisum**.

IV. Embargos de Declaração rejeitados.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019(data do julgamento).

**MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES**  
Relatora